



EDMUR PÉRICLES CAMARGO

FILIAÇÃO: Maria da Penha Amaral Vilaça e Tomás Benedito Moura Camargo

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 4/11/1914, São Paulo (SP)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: jornalista

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro (PCB)

DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO: 16/6/1971, Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIA

Nascido no município de São Paulo (SP) no dia 4 de novembro de 1914, Edmur Péricles Camargo era filho de Maria da Penha Amaral Vilaça e Tomás Benedito Moura Camargo. Foi dirigente da organização Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1944. Em 1946, passou a trabalhar no Sindicato dos Armadores no Rio de Janeiro e, em 1952, gerenciou o jornal *A Tribuna*, órgão de imprensa do PCB em Porto Alegre (RS).

Entre 1951 e 1953, participou da revolta camponesa de Porecatu, momento importante da luta pela reforma agrária no Brasil que envolveu confrontos armados entre posseiros e latifundiários no Norte do Paraná. Com o golpe de Estado em 1964, refugiou-se no Uruguai onde fez treinamento de guerrilha com os Tupamaros. Em 1967, voltou ao Brasil. Também manteve contatos com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Acompanhou Carlos Marighella quando este formou o Agrupamento Comunista de São Paulo após a cisão com o PCB. Em seguida, ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN). Embora também fosse, como Marighella, crítico da ortodoxia marxista, divergiu do líder da ALN em questões de estratégia a respeito da luta revolucionária e desligou-se da organização.

Em abril de 1969, Edmur foi para Porto Alegre (RS) onde organizou um pequeno grupo conhecido como M3G. Foi preso em 1970 e banido do país em janeiro de 1971 após o sequestro do Embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Edmur foi um dos 70 presos políticos trocados pela VPR como condição para que o diplomata fosse posto em liberdade. Foi para o Chile com os demais brasileiros banidos. Desapareceu em 16 junho de 1971 quando partiu de Santiago com destino a Montevideu, onde pretendia realizar tratamento médico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do Anexo I, da Lei nº 9.140/1995, mas, como seus familiares nunca foram localizados, não foi possível formalizar um processo junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) para efeitos de indenização. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* e no livro *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE¹

Edmur Péricles Camargo foi preso em abril de 1970 e banido do país após o

sequestro do Embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, quando 70 presos políticos foram trocados pelo diplomata. Foi para o Chile com os demais banidos, onde permaneceu até junho de 1971.

Naquela época, a preocupação com o grande número de asilados no Chile de Salvador Allende já não estava limitada, apenas, às esferas de segurança, mas, despontava também na agenda diplomática. Telegramas trocados entre a Secretaria de Estado (Ministério das Relações Exteriores - MRE) e a embaixada em Buenos Aires, em janeiro de 1971, contendo o índice “Coordenação de medidas contra a subversão: Brasil-Argentina” trazem informações sobre as conversações entre as chancelarias dos dois países sobre

a possibilidade de ser estabelecida uma adequada coordenação entre as autoridades competentes de ambos os países, em caráter confidencial, tendente a acentuar o controle de agentes extremistas, de seus deslocamentos, localização e elementos de luta.

A proposta, que partiu dos argentinos, envolveria os canais diplomáticos. O Embaixador João Hermes Pereira de Araujo relatou que o diretor-geral de Informações da chancelaria argentina sugeriu “que a troca de informações proposta poderia, a seu ver, processar-se no plano chancelaria-embaixada, em Brasília e em Buenos Aires”, que o sistema “deveria ter em vista máxima rapidez na troca das informações, a fim de ser eficaz”, e reiterou “a importância que o Palácio San Martin atribui a uma mais íntima e permanente colaboração com o governo brasileiro em assunto de tão grande atualidade”.

No dia 16 de junho de 1971, Péricles Camargo deixou Santiago do Chile com destino à Montevideu para um tratamento ocular, uma vez que as torturas a que fora submetido no Brasil haviam comprometido sua visão. Os dados dessa viagem haviam sido comunicados, na véspera, pelo embaixador do Brasil em

Santiago, Melilo Moreira de Melo, em telegrama secreto-urgente à Secretaria de Estado. Por sua vez, segundo a informação nº 68, de 16 de junho de 1971, um adido da aeronáutica na embaixada brasileira em Montevideu recebeu uma comunicação, através do posto Correio Aéreo Nacional (CAN) de Montevideu, que informava que – com seu próprio nome Edmur Péricles Camargo Villaça – o brasileiro estava viajando para o Uruguai pela LAN-Chile. Em contato com a companhia aérea, o adido verificou que o avião faria escala na Argentina e, após ligação à embaixada do Brasil em Buenos Aires, deslocou-se àquela cidade “a fim de saber das providências que ali seriam tomadas”. Segundo o adido, “a polícia argentina prendeu Edmur no aeroporto de Ezeiza e o entregou às autoridades brasileiras”.

Em outra informação secreta, de nº 17, o adido do Exército em Buenos Aires é também notificado de que, em 16 de junho de 1971, Péricles Camargo “passaria por Buenos Aires, com destino a Montevideu, viajando em avião da LAN-Chile, sendo-lhe solicitado verificar a possibilidade de obter das autoridades argentinas sua prisão e entrega às autoridades brasileiras”. O contato imediato com autoridades da Coordenação da Polícia Federal Argentina foi feito e, em resposta, chegou a comunicação de que “a Brigada da Repressão já tinha montado a operação”. O próprio adido que relata a prisão nesse documento foi ao aeroporto de Ezeiza e constatou que os elementos da polícia federal argentina estavam no aeroporto e lá teriam detido Péricles Camargo. Assim, de acordo com o informe, entraram em contato com as autoridades argentinas para detalhes de sua entrega às autoridades brasileiras.

Foi providenciado um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que chegou em Buenos Aires na madrugada do dia 17 e, algumas horas depois, partiu para a base militar do Galeão, no Rio de Janeiro. “Por volta das 5h do dia 17, chegou na zona militar do aeroporto um avião da FAB para o qual foi transferido

o terrorista [Péricles Camargo] tendo o avião decolado por volta das 6h45”. O avião da FAB levava Péricles Camargo “acompanhado do coronel Lana, adido aeronáutico e do secretário Nery que seguiu de Brasília no mesmo avião”. O diplomata Paulo Sérgio Nery, morto em 1979, exercia na época a função de diretor-executivo do Centro de Informações do Exterior (Ciex), lotado na Secretaria-geral do MRE. Miguel Cunha Lanna era coronel-aviador e exercia as funções de adido militar aeronáutico em Buenos Aires. De acordo com esse mesmo documento, “o adido da aeronáutica e seu substituto”, que estavam em Buenos Aires, teriam solucionado “todos os problemas referentes à autorização para sobrevoo, utilização da área militar aérea e etc.”.

Os agentes apreenderam os papéis que estavam com Edmur, tais como o seu salvo-conduto, a documentação do serviço de saúde do Chile e uma carta do almirante Cândido da Costa Aragão que deveria ser entregue, em mão, ao presidente João Goulart. A informação nº 68 registra que “o agente do Itamaraty conseguiu obter uma carta de apresentação do general Aragão para um contato de Edmur em Montevidéu”. Sobre a prisão de Péricles Camargo, o adido de Montevidéu ainda comenta que “apesar das grandes dificuldades que se tem para acompanhar esse pessoal no Uruguai, no caso presente, parece que a polícia argentina se precipitou pois, no momento em que o fato venha a público, será difícil justificar a entrega e o recebimento de um banido”.

A relação de passageiros da LAN-Chile veio com a observação de que Edmur Camargo foi detido pela polícia de Ezeiza. O adido naval do Brasil no Chile, identificado como Jordão, em documento do Ciex, recebeu “a informação da viagem de Edmur Péricles Camargo graças à infiltração do serviço argentino na LAN-Chile e que, de posse da informação, transmitira a mesma ao adido aeronáutico em Buenos Aires, o qual montara a ‘operação prisão’ de Edmur”. De acordo com o *Jornal de*

Serviço de 2 de novembro de 1970, o capitão de mar e guerra Benedito Jordão de Andrade, adido naval no Chile, representou o governo brasileiro nas solenidades de posse do presidente daquele país, Salvador Allende. Segundo o Diário Oficial, em 19 de dezembro de 1971, Benedito Jordão de Andrade foi exonerado do cargo de adido naval junto à Embaixada do Brasil no Chile, com sede em Santiago.

O Ciex, em índice dedicado às “Atividades de asilados e foragidos brasileiros”, distribuiu aos demais órgãos da comunidade de informações – CIE, SNI-AC, 2ª seção/EME, 2ª seção/EMAER, Cenimar etc. – a informação nº 429, timbrada como secreta, datada de 21 de outubro de 1971, em que informava a entrega de um documento às autoridades chilenas, por parte de exilados e refugiados brasileiros, dando conta do desaparecimento de Edmur Péricles Camargo e informando que

[...] até esta data [agosto de 1971] EDMUR CAMARGO não mais se comunicou com qualquer de seus companheiros, os quais têm recebido informes [de companheiros em Montevidéu e Buenos Aires], de que EDMUR CAMARGO teria sido preso pelas autoridades argentinas e brasileiras e entregue à ditadura brasileira.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NO DESAPARECIMENTO E NA MORTE

1.1. ADIDO DA AERONÁUTICA JUNTO À EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES

Presidente da República do Brasil:
general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: major-brigadeiro Márcio de Souza e Mello

Adido da Aeronáutica junto à embaixada do Brasil em Buenos Aires: Miguel Cunha Lanna

1.2. CIEX DO MRE

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI): general de Divisão Carlos Alberto da Fontoura

Ministro das Relações Exteriores: Mário Gibson Barbosa

Embaixador do Brasil na Argentina: Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Chefe do Ciex: Paulo Sérgio Nery

1.3. ADIDO NAVAL JUNTO À EMBAIXADA DO BRASIL NO CHILE

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante de Esquadra Adalberto de Barros Nunes

Adido naval junto à embaixada do Brasil no Chile: Benedito Jordão de Andrade

1.4. EMBAIXADA DO BRASIL NO CHILE

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro das Relações Exteriores: Mário Gibson Barbosa

Embaixador do Brasil no Chile: Antônio Cândido da Câmara Canto

Cônsul Geral do Brasil no Chile: Melilo Moreira de Melo

1.5. AGENTE DO MRE EM MONTEVIDÉU

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro das Relações Exteriores: Mário Gibson Barbosa

Embaixador do Brasil no Uruguai: Luiz Leivas Bastian Pinto

1.6. ADIDO DO EXÉRCITO JUNTO À EMBAIXADA DO BRASIL EM MONTEVIDÉU

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do Estado Maior do Exército: Murillo Bastos do Valle e Silva

Adido do Exército junto à embaixada do Brasil em Montevideú: coronel Moacyr Pereira

1.7. ADIDO DO EXÉRCITO JUNTO À EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do Estado Maior do Exército: Murillo Vasco do Valle Silva

Adido do Exército junto à embaixada do Brasil em Buenos Aires: coronel Sebastião José Ramos de Castro

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Miguel Cunha Lanna.	Aeronáutica.	Adido junto à embaixada do Brasil em Buenos Aires.	Buenos Aires.	Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8_ACE_41436_71. Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_AN_BSB_Z4 DPN PES, 746. p. 26.
Melilo Moreira de Melo.	MRE.	Cônsul-Geral do Brasil em Santiago.	Chile.	Arquivo CNV, telegrama secreto urgentíssimo nº. 220, informa os dados de viagem ao Uruguai do banido Edmur Pércles Camargo, portador de passaporte chileno para estrangeiros: 00092.003073/2014-85.
Paulo Sérgio Nery.	Itamaraty.	Diplomata.		Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_AN_BSB_Z4 DPN PES, 746. p. 26.
Sebastião José Ramos de Castro.	Exército.	Adido do Exército.	Buenos Aires.	Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8_ACE_41436_71.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO E DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Legislação Informatizada - Decreto nº 68.050, de 13/1/1971 - Publicação Original.	Decreto nº 68.050, 13/1/1971.	Presidência da República.	Dispõe sobre o banimento do território nacional de Edmur Camargo e outros.
Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85.	Telegrama nº 220 15/6/1971.	Itamaraty.	Telegrama do cônsul do Brasil em Santiago, comunicando a Secretaria de Estado sobre a viagem de Edmur ao Uruguai.
Arquivo CNV, 92.001405/2014-97.	“Elementos Banidos do território nacional pelo Decreto nº 68.050 de 13/1/1971”.	Centro de Informações, Departamento da Polícia Federal brasileira, Ministério da Justiça.	Informações de Edmur encaminhadas à polícia argentina antes de sua prisão.
Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8_ACE_41436_71.	“Prisão de Edmur Camargo na Argentina”, Informação nº 68, secreta, 16/7/1971.	SNI – Informe nº 213 do Aditar na República Oriental do Uruguai (ROU).	Relato do adido brasileiro em Montevideu informando sobre o recebimento de informes confirmando a prisão de Edmur e a apreensão de seus documentos.
Arquivo Nacional, Ciex: BR_AN_BSB_IE_007_002.	“Chile. As atividades de asilados e refugiados brasileiros. Documento EDMUR CAMARGO”, Informação nº 429, secreta, 1971.	Ciex, MRE.	Documento entregue às autoridades chilenas, pelos exilados brasileiros no Chile, sobre as circunstâncias de desaparecimento de Edmur Pércles Camargo.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8_ACE_36862_71.	“Pedido de Busca 10916E/71/AC/SNI” “Assunto: Amâncio Vasconcelos”, 22/06/1971.	Agência Central do SNI.	Documento sobre reuniões de Edmur Péracles Camargo com autoridades chilenas.
Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_008_002.	“Atividades do G-2 cubano no Chile. SÔNIA LAFOZ. Caso EDMUR.”	Ciex, MRE.	Identificação do adido naval do Chile.
Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_DFANBSB_Z4_0_ESN_0001, p. 213.	Ofício nº 389 (053/GAB), 08/6/1972.	Agência Central do SNI.	Atesta que o primeiro secretário Paulo Sérgio Nery proferiu conferência na Escola Nacional de Informações, nos cursos “B” e “C”, sobre a conjuntura internacional e “seus reflexos na conjuntura brasileira” e segurança nacional.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Edmur Péracles Camargo desapareceu a partir de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964. As circunstâncias do desaparecimento de Edmur Péracles Camargo evidenciam a articulação entre os serviços policiais brasileiros e argentinos e o trabalho clandestino desses para monitorar, perseguir e sequestrar exilados políticos no Cone Sul.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – Decreto nº 68.050, de 13 de janeiro de 1971. Telegrama nº 38, de 18/1/71, para a embaixada em Buenos Aires, e Telegrama nº 72 de 18/1/71, da embaixada em Buenos Aires – Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85; Telegrama nº 220 de 15/6/1971, do consulado-geral em Santiago – Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85; Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8_ACE_41436_71, p. 26; Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_AN_BSB_Z4 DPN PES, 746. p. 26; Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_004_011, p. 1; Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_004_011, p. 1. Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_008_002, p. 53; Diário Oficial da União, 2/12/1971. Arquivo Nacional, Ciex: BR_AN_BSB_IE_007_002, p. 51.